

Um olhar francês sobre experiências brasileiras

Entrevista com Roger Chartier

Por Miguel Palmeira*

<https://orcid.org/0000-0002-3511-9445>

Por Mariana Osés*

<https://orcid.org/0000-0002-0322-1226>

Apresentação

Ao longo das duas últimas décadas, a noção de *circulação* – em especial, circulação “internacional” – de ideias e pessoas se assentou no léxico de sociólogos e historiadores devotados ao estudo da dimensão sóciológica do conhecimento. Sua inspiração intelectual mais evidente é um pequeno texto de Pierre Bourdieu (2002) a respeito das “condições sociais de circulação internacional das ideias”, no qual o autor aponta os efeitos necessariamente transformadores impostos a uma ideia quando ela viaja de um universo de relações a outro. A força do *topos* da circulação vem ainda, segundo nos parece, de um certo ar do tempo: a intensificação da comunicação (inclusive científica) e do trânsito (inclusive de pesquisadores) em escala internacional evidenciou a porosidade de mundos intelectuais antes assimilados a culturas locais. Pessoas, ideias, recursos e artefatos estão em circulação permanente, e seus movimentos ligam, desligam e religam o conhecimento científico a contextos históricos e sociais diversos.

A presença de professores franceses na fundação das primeiras universidades do país é um tema clássico da problemática da “circulação” antes mesmo que tal rótulo se firmasse. O trânsito de pessoas e ideias estabelecido a partir das “missões francesas” impactou trajetórias pessoais e institucionais e, de forma evidentemente

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

desigual, a produção intelectual dos dois lados do Atlântico¹. No caso específico da Universidade de São Paulo, as “missões” tornaram-se parada obrigatória de qualquer evocação do passado da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – seja tal evocação reflexiva, memorialística ou ainda uma mistura das duas coisas. A efeméride dos noventa anos da USP é uma ocasião de reavivamento do interesse pelas origens afrancesadas da instituição. Em tempos nos quais vicejam críticas ao eurocentrismo e se proliferam chamados a interpretações “globais” do mundo intelectual, tem ganhado fôlego a concepção da presença francesa em termos de “circulação” ou de “intercâmbios” que afetam não apenas os brasileiros, como também os franceses. A literatura recente procura então ultrapassar esquemas de análise nos quais os brasileiros “periféricos” estão confinados a papéis estritamente passivos em sua relação com os pares estrangeiros (Merkel, 2024).

A entrevista que aqui se apresenta é um esforço a mais na tentativa de avançar no entendimento da origem da USP e do caráter das trocas intelectuais franco-brasileiras. O entrevistado é, ao mesmo tempo, um personagem de relevo dessas trocas e alguém voltado a refletir sobre o assunto. Nome de proa da história cultural francesa, Roger Chartier é, entre historiadores brasileiros, uma referência formativa incontornável. Seus trabalhos de história do livro e da leitura, extensamente lidos no Brasil, são exemplos lapidares daquilo que se convencionou chamar Nova História Cultural – um enquadramento da história da cultura à luz de suas condicionantes sociais, no qual se dá especial atenção a suportes materiais e condições de produção e circulação de bens culturais, bem como aos grupos sociais envolvidos nesses processos. Obras como *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* (1987), *Origens culturais da Revolução Francesa* (1990), *A ordem dos livros* (1992) e *À beira da falésia* (1998) são apenas alguns dos exemplos da extensa e profícua contribuição de Chartier a esse domínio de estudos. Trata-se, ademais, de um pesquisador constantemente voltado ao diálogo com a sociologia da cultura, como evidenciam suas colaborações com Pierre Bourdieu (Bourdieu, Chartier e Darnton, 1985; Bourdieu e Chartier, 2011) e seu trabalho como um dos introdutores da obra de Norbert Elias na França (Chartier, 1985, 1991, 1993; Chartier e Deluermoz, 2010).

A circulação das ideias do historiador no país extrapola a mediação de seus livros e artigos, estendendo-se à acepção mais literal do termo “presença”. Há décadas, Roger Chartier visita sistematicamente o Brasil, promovendo, por meio de seus cursos e palestras, uma atualização constante do contato do público brasileiro

1. Os intercâmbios intelectuais entre Brasil e França não se iniciaram nem se limitaram, por óbvio, aos primeiros tempos de funcionamento da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal. Ver, por exemplo, Hamburger *et al.* (1996).

com sua produção intelectual. Elegendo o país como entreposto de sua circulação internacional, o historiador também mantém ativa sua interlocução com pares brasileiros, o que aumenta a permeabilidade dessa comunidade profissional às suas contribuições. Diante disso, conversar com Chartier a respeito das trocas intelectuais franco-brasileiras é acessar o tema a partir do olhar de um agente diretamente implicado na perpetuação de transações de conhecimento que estiveram na gênese da Universidade de São Paulo.

Ainda que crucial, esse não é o único ponto de interesse desse diálogo. Nos últimos anos, as trocas intelectuais entre franceses e brasileiros passaram a compor o rol de interesses de pesquisa de Chartier. É o que demonstra o texto “Experiências brasileiras”, capítulo final da coletânea *Um mundo sem livros e sem livrarias?*, publicada pela editora Letraviva em 2020. Ali, o autor centra sua análise em quatro personagens que, por vias distintas, nutriram ao longo de suas carreiras relações ativas com o Brasil – Fernand Braudel, Michel de Certeau, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Sua intenção é apreender a “presença brasileira” nas diversas formas que ela assume nessas quatro trajetórias, propondo assim uma alternativa à tradicional busca por “influências” francesas no Brasil – noção que o autor reconhece como problemática quando não submetida ao devido cuidado crítico. “Nosso tempo”, afirma Chartier (2020a, p. 210), “não é mais um tempo de ‘missões.’” Particularmente sensível aos ventos do presente, o autor convida seu público a uma reflexão sobre as novas formas que as trocas franco-brasileiras podem assumir no mundo contemporâneo, acenando para a necessidade de um bilateralismo efetivo para que se atenuem as assimetrias historicamente características desses intercâmbios.

Parece-nos inegável que, nove décadas após 1934, não vivemos mais o tempo das missões que marcaram a gênese da USP e da antiga Universidade do Distrito Federal. Empreitadas semelhantes seriam irreprodutíveis no Brasil contemporâneo, na ausência da miríade de condições sócio-históricas que as viabilizaram nos anos 1930. Os atuais intercâmbios entre profissionais brasileiros e franceses de ciências humanas há muito se dão em bases institucionais distintas daquelas em que operaram as velhas faculdades de filosofia. As experiências e reflexões de Roger Chartier nos ajudam a compreender essas transformações do sistema de “trocas” intelectuais França-Brasil.

Conforme enfatiza Chartier, tais trocas – sejam as de agora ou as que se efetivaram nos anos 1930 – não podem ser pensadas como cadeias de transmissão do “centro” para a “periferia” da ciência. Ao mesmo tempo, não se deve perder de vista que a circulação de ideias e pessoas entre espaços nacionais distintos não suprime as relações de poder postas de antemão entre tais espaços e seus agentes (De l’Estoile, Neiburg e Sigaud, 2002). *Trocar* não significa entrar em um jogo de reciprocidade equitativa. O interesse de pensarmos ideias e pessoas em trânsito em termos de

circulação internacional da ciência não reside em reverter a marretadas uma subjugação epistemológica do “sul” global pelo “norte”, mas sim em compreender como se formam histórica e sociologicamente as relações de interdependência e os desequilíbrios de poder entre produtores de conhecimento associados a diferentes unidades institucionais e políticas. Trata-se, com efeito, de incrementar nosso conhecimento de certas relações de dominação no universo da ciência, e não de mascará-las sob um discurso normativo movido por boas intenções. No caso das “missões francesas” que estiveram na origem da Universidade de São Paulo, por exemplo, essa perspectiva permite que se identifiquem as constrações que incidiram sobre estrangeiros nas diversas etapas de realização desse projeto. Também permite trazer à luz as múltiplas formas de engajamento que pesquisadores brasileiros encontraram nessas dinâmicas de troca em função de sua posição dominada, e não a despeito dela. Eis o desafio que os estudos recentes têm enfrentado na busca por uma revisão verdadeiramente crítica de tradições institucionais como a uspiana: o de fazer delas objeto de investigação sem, para isso, escorar-se em percepções estereotipadas ou idealizações do mundo intelectual (Rodrigues, 2017; Consolim, 2024; Osés, 2023a e 2023b).

Esse não é um desafio menor, mas enfrentá-lo parece-nos o caminho mais promissor para o estudo da “memória das missões”. É passado, sem dúvida, o tempo do acalento acrítico dessa memória, que a toma por retrato fidedigno da origem de espaços institucionais e práticas profissionais. Algumas das estratégias adotadas para seu rechaço, no entanto, tendem a ignorar aquilo que as feições e a longevidade dessa tradição têm a revelar a respeito do mundo social que a gestou. Por um lado, é verdade que a presença dos “mestres franceses” não teve sobre a produção intelectual brasileira propriamente os efeitos por muito tempo a ela atribuídos. Também é verdade, porém, que a *ideia* dessa presença (e da herança intelectual a ela associada) surtiu, ao longo do século XX, efeitos objetivos sobre o modo como diversas disciplinas se organizaram no Brasil, inspirando práticas, ensejando disputas, reenquadrando antigos conflitos e gestando novas tensões.

No caso da história, por exemplo, a ideia de uma “herança dos Annales” tornou-se, ao longo do século, munição nas lutas pela definição das práticas historiográficas coletivamente aceitas como legítimas. Sua invocação não é, portanto, um gesto retórico, tampouco um ato simples de falseamento do passado. Por décadas, grupos de historiadores por todo o país organizaram sua existência profissional em torno da reivindicação dessa herança. Nesse caso, importa menos a veracidade objetiva do “mito” do que seus efeitos práticos sobre uma coletividade que se apropria dele ativamente e se erige sobre essa apropriação. A transposição da crença na “influência francesa” ao plano das práticas (justificação de métodos e objetos, estratégias de carreira, reconversão intelectual de disputas políticas) marca indelevelmente o pro-

cesso de construção do mundo social dos historiadores brasileiros. Não seria exagero afirmar que, em sua acepção mais clássica – a da “catequização” dos discípulos por seus mestres –, as missões francesas nunca foram uma realidade, mas que, sob a óptica das memórias mitificadas da presença francesa, o “tempo das missões” estende-se até o presente.

A investigação em termos de circulação de ideias e pessoas, que já rendeu frutos importantes para a história e a sociologia da ciência (Almeida *et al.*, 2004), é uma via promissora para se compreenderem historicamente o estabelecimento e o desenvolvimento de vínculos científicos internacionais. Elucidar tais vínculos não se confunde, diga-se, com qualquer forma de justificação epistemológica. As evidentes assimetrias que caracterizam a história das relações intelectuais entre o Brasil e a França não se traduzem bem em tramas de vítimas e algozes: a realidade prática, como costuma ser o caso, é ardua a maniqueísmos.

Roger Chartier demonstra uma consciência aguda desse fato ao eleger o ângulo a partir do qual acessa esse sistema de trocas. Sem apagar a posição dominante ocupada pelos personagens que acompanha, o autor põe a nu o fato de que múltiplos fatores – entre eles o tempo – incidem, também, sobre as possibilidades de ação abertas aos franceses. Ao fazê-lo, fornece pistas importantes a respeito da dimensão histórica da circulação transnacional de ideias e pessoas, reintroduzindo nesse processo variáveis por vezes negligenciadas em estudos de história intelectual, como os afetos, as afinidades políticas, os interesses editoriais. Enquanto personagem e produtor da história dos intercâmbios Brasil-França, é dado a Chartier observar essas relações desde uma perspectiva interessada e, por isso mesmo, interessante.

Pensar circuitos de trocas intelectuais em sua especificidade pode ser mais interessante do que o pareamento açodado entre ideias e contextos nacionais. Ideias e pessoas circulam e, ao circularem, necessariamente se transformam. Mas essa transformação não equivale a aderir pacificamente à cor de fundo de cada paisagem transitada. Como evidencia a experiência franco-espânica, a circulação gera tensões, acomodações, concorrência etc. nos espaços exportadores e importadores; repercute na formulação dos problemas de pesquisa, na construção dos objetos e no âmago mesmo dos produtos intelectuais.

São essas reflexões que orientaram nossa entrevista com Roger Chartier, realizada por e-mail entre janeiro e fevereiro de 2024. O autor escreveu suas respostas diretamente em português. Os entrevistadores agradecem ao entrevistado a presteza com que se dispôs a dividir conosco e com os leitores da *Tempo Social* sua percepção sobre “experiências brasileiras” suas e de conterrâneos que o precederam.

A Universidade de São Paulo acaba de completar noventa anos. Sua fundação se inscreve em uma longa história de intercâmbios intelectuais entre franceses e brasileiros. Tais intercâmbios são precisamente objeto de uma publicação recente sua (Chartier, 2020a). O senhor poderia nos falar como se originou seu interesse pelo tema?

Esta pesquisa foi apresentada na Jornada Intercultural França-Brasil organizada no Instituto Ricardo Brennand, em Recife, no mês de julho de 2019. Minha intenção era de inverter a perspectiva clássica que enfatiza a recepção brasileira dos trabalhos franceses. Trata-se, em contrapartida, de compreender que papel desempenhou o conhecimento do Brasil sobre as obras, ou vidas, de três autores que ficaram vários anos no país (como Fernand Braudel), ou que o visitaram muitas vezes (como Michel de Certeau ou Michel Foucault). Acrescentei à lista Pierre Bourdieu, que nunca viajou ao Brasil, mas que teve estreitas relações com as realidades e com os sociólogos brasileiros. Me parece agora que buscar a presença do Brasil nas obras desses quatro importantes autores de ciências humanas e sociais tem dois sentidos para mim. O primeiro é histórico, e faz lembrar que o Brasil de Michel Foucault e de Michel de Certeau era o Brasil da ditadura militar, que perseguia, torturava e assassinava. Ambos a denunciaram corajosamente. É uma recordação útil no tempo atual, em que assistimos às falsificações da história e feridas infligidas à memória. O segundo sentido é pessoal. Há mais de vinte anos viajo ao Brasil para dar palestras e cursos, participar de congressos e feiras do livro, compartilhar ideias com colegas, encontrar estudantes e leitores. Estas experiências foram para mim inesgotáveis fontes de conhecimentos, reflexões e emoções. Foi comovente encontrar semelhantes pensamentos e sentimentos nas experiências brasileiras de quatro autores que acompanharam, desde o início, minha própria viagem intelectual.

No texto a que nos referimos, o senhor escreveu sobre quatro autores que, sem serem estudiosos especializados na história e na sociedade brasileiras, marcaram fortemente as ciências humanas no Brasil das últimas décadas: Fernand Braudel, Michel de Certeau, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. É possível dizer que as diferentes “presenças” (para recuperar uma expressão sua) deles no Brasil são reveladoras de distintas modalidades de circulação internacional das ideias?

Com certeza. O contraste mais forte é entre Braudel e Foucault. O primeiro, sem ser brasilianista, incluiu Brasil na sua visão global do mundo. Quando estava na USP, Braudel pensou que o tema de sua tese secundária (obrigatória nesse tempo) poderia ser o Brasil no século XVI. Depois da guerra Braudel abandonou o projeto, mas, durante o cativeiro, havia esboçado este livro nunca terminado. O manuscrito

inacabado, cuja data estimada é novembro de 1943, era o resultado de leituras e pesquisas feitas durante os anos passados em São Paulo. Foi encontrado por Luis Corrêa Lima no arquivo privado de Paule Braudel (Lima, 2009). A primeira publicação de Braudel sobre a história do Brasil foi também sua primeira publicação nos *Annales* ou, mais exatamente, nos *Mélanges d'histoire sociale*, que era o título da revista durante os anos da Ocupação alemã. No volume 4 publicado em 1943, o primeiro artigo é um texto dedicado à obra de Gilberto Freyre, que Braudel escreveu no tempo de cativo na Alemanha. Após a tese sobre o mundo mediterrâneo, o Brasil sempre foi presente nas obras de Braudel. Ao contrário, as cinco viagens de Foucault ao Brasil não deixaram nenhum vestígio nos seus livros. Nunca se referem à realidade brasileira. Uma só vez, na discussão que se seguiu às suas conferências na PUC em 1973, Foucault fez uma referência imprecisa a um encontro em 1913 entre psicanalistas alemães e brasileiros no Rio de Janeiro. Depois de sua conferência na Universidade da Bahia em 1976, duas vezes indica que “não sei se é o mesmo no Brasil”, referindo-se tanto à economia capitalista da prostituição como às evoluções do sistema penal.

A presença de Michel de Certeau no Brasil foi diferente. Começou como uma presença militante, a presença de um jesuíta engajado na denúncia da tortura e da ditadura. Mas esta relação forte com o Brasil se encontra também no seu livro, *A invenção do cotidiano*, no qual a cultura popular religiosa brasileira, entendida como apropriação transgressiva das crenças e práticas impostas pela instituição, serve de matriz para pensar a tensão entre táticas e estratégias.

Nos livros de Pierre Bourdieu não se encontram referências às realidades brasileiras (salvo uma ao jogo do bicho num trecho do capítulo das *Meditações pascalianas* dedicado aos “homens sem futuro”). Mas seu esforço para que sejam conhecidos na França os trabalhos dos sociólogos brasileiros foi constante. Os artigos brasileiros publicados na sua revista eram uma forte contribuição à circulação internacional das pesquisas e das ideias.

No recorte eleito pelo senhor, constam quatro autores cujas trajetórias se entrecruzam em diversos pontos (sendo o Brasil um deles). No seu texto, contudo, não se dá peso ao fato de tais autores serem ligados a disciplinas diferentes. Não lhe parece que a pertença disciplinar possa ser um dado adicional para se entender o modo como certos autores circulam internacionalmente? Talvez o exemplo de Braudel seja, nesse ponto, elucidativo. O modo distinto como ele se relaciona, na USP, tanto com os colegas franceses ligados a outras disciplinas quanto com os pares brasileiros ligados à História não seria, ao menos em parte, tributário da organização da disciplina histórica no Brasil e na França e da posição por ela ocupada em cada país?

Semelhante observação faz recordar que a especificidade da história na sua definição francesa após Braudel é sua capacidade de articular as diferentes temporalidades que se encontram contemporâneas em cada momento histórico. É essa construção temporal que sustentava todo o edifício da história e, além dela, da ciência social na perspectiva de Braudel. Segundo ele, no seu artigo “História e Sociologia”, publicado em 1958, “a história situa-se em patamares diferentes; eu distinguiria de bom grado três patamares, mas não passa de uma maneira de falar, simplificando muito. [...] À superfície, uma história événementielle, inscreve-se no tempo curto: é uma micro-história [*sic*]. A meia encosta, uma história conjuntural segue um ritmo mais largo e mais lento. Este ritmo tem sido sobretudo estudado no plano da vida material, dos ciclos ou interciclos econômicos [...] Para além deste ‘recitativo’ da conjuntura, a história estrutural ou de longa duração, põem em causa séculos inteiros; esta história está no limite daquilo que se move e do imóvel, e pelos seus valores muito tempo fixos, faz figura de qualquer coisa que não varia em relação às outras histórias, mais vivas a correr e a realizar-se, e que, em suma, gravitam em torno dela” (Braudel, 1965b, p. 23).

Esta perspectiva fazia da história uma disciplina dominante, cujos conceitos estavam propostos como pedra de toque para a unidade das ciências humanas, tal como propunha o único e famoso artigo de Braudel dedicado a longa duração, publicado em 1958 (e traduzido em português em 1965 na *Revista de História* da USP). Podemos recordar sua conclusão: “Praticamente – pois este artigo tem um fim prático – desejaria que as ciências sociais, provisoriamente, cessem de tanto discutir sobre suas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura [...]. Que elas tratem, antes, de traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se é que há linhas, que orientem uma pesquisa coletiva, e também os temas que permitam atingir uma primeira convergência. Estas linhas, eu as chamo pessoalmente: matematização, redução ao espaço, longa duração...” (Braudel, 1965a, pp. 293-294).

Pensada assim, a convergência das ciências sociais dava uma importância central à história. Inspirava competidores – por exemplo, a sociologia na herança de Durkheim –, mas estabeleceu na França a dominação da história tanto nas instituições acadêmicas (por exemplo, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*) como no espaço social em geral, com o amplo público de leitores das obras de Duby, Le Goff, ou Le Roy Ladurie.

Fora da França, não existia semelhante dominação da história. A recepção das obras francesas se localizava numa geografia disciplinar diferente, que dava à etnologia, à antropologia ou à sociologia um papel essencial. Mostra-o claramente a leitura feita por Braudel dos livros de Gilberto Freyre.

Faz muito tempo que seus trabalhos são lidos por um público universitário brasileiro e que o senhor visita o Brasil. Como o senhor descreveria seu próprio papel na história recente das trocas intelectuais entre brasileiros e franceses? Qual a importância dessas trocas na sua trajetória?

Descrever meu papel nas trocas intelectuais entre Brasil e França seria tarefa para meus colegas e estudantes brasileiros. O que posso dizer é que um melhor conhecimento das pesquisas feitas no Brasil sobre a cultura escrita me ajudou a ampliar minha compreensão da história do livro, da edição e da leitura. A diferença entre alfabetização e letramento, os constrangimentos próprios da dominação colonial sobre a prática da escrita, os conteúdos e as formas da literatura de cordel ou a circulação transatlântica dos impressos são temas que me permitiram aprofundar e localizar numa perspectiva comparativa questões clássicas da história cultural francesa. Assim, atrevi-me a escrever sobre autores brasileiros, como Antônio José da Silva, com um estudo de seu *Don Quixote* (Chartier, 2012), e Machado de Assis, cuja teoria das edições humanas entrou como modalidade secular da metáfora religiosa do ser humano como livro. Também foi uma contribuição essencial para pensar a historicidade do que chamamos “literatura” a análise do regime poético-retórico da criação estética antes da “literatura”, tal como o define João Hansen (Chartier, 2020b). Minhas experiências brasileiras foram também muito importantes para meus estudos recentes da tradução e das traduções – particularmente com as análises das traduções contemporâneas em português de dois livros essenciais da primeira modernidade: a *Brevíssima relación*, de Las Casas, e o *Oráculo manual*, de Gracián (Chartier, 2020c).

A circulação científica frequentemente pressupõe e/ou gera relações de cumplicidade pessoal e política entre viajantes e anfitriões. O senhor de certo modo toca nesses aspectos ao comentar as passagens de Michel de Certeau e Foucault pelo Brasil durante a ditadura militar. Monique de Saint Martin, em um texto recente (Saint Martin, 2023), também assinalou o imbricamento de relações científicas e de amizade na rede de pesquisadores franceses e brasileiros associados a Bourdieu. Não lhe parece que uma visão mais complexa do mundo da erudição e da ciência exige ir além das imagens excessivamente institucionais e intelectuais de autores e obras? Não deveríamos levar analiticamente a sério uma dimensão afetiva da produção de conhecimento e da circulação de quem o produz?

Sua observação incita a evitar uma história puramente intelectual das trocas intelectuais... Com certeza as relações pessoais, os encontros pessoais, as cumplicidades e amizades desempenham um papel importante na definição de projetos comuns ou

na percepção dos mundos sociais e acadêmicos. Mas me parece que não devemos esquecer as condições institucionais e intelectuais que fizeram e fazem possíveis semelhantes relações afetivas. Penso nos programas que financiam as viagens, no conhecimento prévio do trabalho dos interlocutores, na compatibilidade dos “habitus” científicos. Então, o importante seria medir o que se modifica nas trocas intelectuais quando são acompanhados por uma forte relação pessoal e quando não o são.

O senhor faz referência à perda da proeminência francesa no horizonte de historiadores, sociólogos, antropólogos e filósofos brasileiros. Como podemos entender essa transformação dos fluxos das trocas intelectuais no plano internacional das últimas décadas?

Entre a década de 1930 e o final dos anos 1980, a história, a filosofia, a antropologia e a sociologia francesas se tornaram referências fundamentais para os pesquisadores e intelectuais brasileiros durante esses cinquenta anos. As razões eram múltiplas: o conhecimento bastante difundido da língua francesa (as conferências de Foucault foram pronunciadas em francês sem tradução), a força inovadora das propostas intelectuais dos *Annales*, do método filosófico de Foucault ou da sociologia de Bourdieu, a forte presença em Paris de estudantes de doutorado e dos exilados do tempo da ditadura. A situação é diferente hoje. As referências francesas, ainda importantes, não são tão exclusivas ou dominantes. No campo da história, os paradigmas dos *Annales* encontraram outras tradições: as *microstories* de Ginzburg e Levi, a história dos conceitos, proposta por Reinhart Koselleck, a articulação entre história e antropologia praticada por Natalie Zemon Davis ou Robert Darnton, a volta à sociologia histórica de Norbert Elias. No campo da filosofia, Foucault ou Derrida devem coexistir com a filosofia analítica, a escola de Frankfurt e as obras de Jürgen Habermas ou Niklas Luhmann. O diálogo entre a França e o Brasil se encontrou assim localizado num contexto mais amplo, onde se cruzam tradições nacionais e abordagens teóricas. Não devemos deplorar isso nem ter saudade de uma situação apagada. Os entrecruzamentos entre várias tradições nacionais e diferentes abordagens metodológicas me parecem uma característica fundamental do tempo presente e se encontram em todos os campos de pesquisa: os estudos urbanos, a história da arte, a filosofia política ou a história da cultura escrita. Neste campo (que é o meu), a mestiçagem entre a *histoire du livre* (francesa), a tradição bibliográfica (inglesa e americana) e a história global da cultura gráfica (italiana) incitou a construir novos objetos de pesquisa, a introduzir novos conceitos (por exemplo, a materialidade do texto) e a apagar fronteiras herdadas entre obras literárias e documentos práticos, entre *print culture* e *scribal culture*, entre leitura e escritura.

A despeito da ampliação dos circuitos de trocas intelectuais transnacionais, a França ainda é uma parada importante na construção de uma carreira internacional para boa parte dos pesquisadores brasileiros de ciências humanas. É algo que se observa no afluxo constante de estudantes e professores brasileiros para a Ehess, por exemplo. O senhor enxerga diferença no modo como se dão os intercâmbios franceses com outros países da América Latina, como Argentina e México?

Para construir semelhante comparação seria preciso comparar tanto as possibilidades de bolsas oferecidas por cada um dos três países para estudos de doutorado ou pós-doutorado, quanto as presenças institucionais francesas em cada país. Me parece, por exemplo, que o Centro Franco-argentino de Ciências Sociais, fundado nos anos 1990 em Buenos Aires, desempenhou um papel fundamental para permitir a presença de estudantes e pesquisadores argentinos na França (e particularmente na École des Hautes Études en Sciences Sociales). Não existe uma instituição idêntica para o México, mas a Cátedra Foucault em Guadalajara e as colaborações com a Universidad Iberoamericana ou o Instituto Mora ajudaram os pesquisadores que queriam fazer seu doutorado em Paris. Com certeza (e pensando não só na história, mas nas ciências sociais na sua totalidade), parece-me que a relação entre Brasil e França sempre foi a mais importante.

As missões francesas que estiveram na origem da Universidade de São Paulo foram possíveis, entre outras razões, pelo valor estratégico que essa colaboração apresentava para o governo francês no plano da diplomacia científica e também para professores em início de carreira, que viam suas expectativas de inserção institucional frustradas pela crise dos postos universitários na França. Hoje em dia, a despeito de um espaço científico internacional bastante diferente, ainda existe um número relevante de pesquisadores franceses já consagrados que têm o Brasil como um de seus entrepostos intelectuais de predileção ou simplesmente como país com o qual se cultivam relações constantes. A que o senhor atribui essa manutenção, em circunstâncias tão distintas, do interesse de professores franceses em entreter relações com as universidades brasileiras?

Uma razão fundamental é a convergência das preocupações científicas em vários campos das ciências sociais. É o caso para a história com pesquisas paralelas ou conectadas sobre a história da alfabetização e da educação, a história da circulação transatlântica dos textos e dos livros, a história da dominação colonial, a história das práticas culturais, a história da escravidão. São estas questões compartilhadas que estabelecem as condições das colaborações perpetuadas entre pesquisadores franceses e brasileiros. Desempenham um papel fundamental tanto as heranças do

passado – por exemplo, a presença da obra de Bourdieu no Brasil no campo educacional: entre 1971 e 1998 em vinte revistas do campo, 336 artigos faziam referências a Bourdieu e, para os anos de 2007 a 2010, 225 dissertações de mestrado e 72 teses de doutorado defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação apresentavam referências a Bourdieu como quadro teórico da pesquisa (Catani *et al.*, 2001; Medeiros, 2013) – como as novas perspectivas compartilhadas (por exemplo, as histórias conectadas dentro ou fora da dominação colonial). O tempo das missões acadêmicas foi substituído pelo mundo das trocas intelectuais recíprocas, ativadas pelas redes de amizade construídas desde muito tempo e hoje em dia fundamentadas sobre projetos comuns. É a vitalidade das ciências sociais e humanas no Brasil que explica, me parece, o interesse dos pesquisadores franceses para manter ou desenvolver fortes relações com seus colegas brasileiros.

O senhor constata, sem alarde, um “etnocentrismo historiográfico” no entendimento, por Braudel, da história brasileira como uma repetição ou recomeço da história da Europa. O senhor considera o etnocentrismo historiográfico um traço ainda presente na produção de conhecimento histórico – ou sociológico, ou antropológico – de pesquisadores franceses sobre o Brasil e a América Latina?

Os tempos mudaram e os “brasilianistas” franceses (historiadores, etnólogos, sociólogos) seguramente não compartilham mais a visão de Braudel, que percebia o Atlântico como um segundo mar Mediterrâneo. A palavra “etnocentrismo” pode referir-se hoje à ignorância por parte de pesquisadores que não são “brasilianistas” das pesquisas feitas no Brasil sobre temas próximos de suas próprias pesquisas. Essa ignorância está relacionada à limitação linguística das referências intelectuais que privilegiam os livros ou artigos escritos na língua nacional ou em inglês. Essa ignorância das outras tradições e contribuições encontra uma forma paroxística nos Estados Unidos.

Para meus estudantes da Universidade de Pensilvânia, se um texto de história ou de ciência social não existe em inglês, ele não existe, ponto final (e, no entanto, eles conhecem várias línguas).

O senhor critica a noção de “influência” como redutora da complexidade das relações entre seus personagens e os pesquisadores brasileiros. Quais são os desafios conceituais para uma apreciação não estereotipada de tais relações, frequentemente marcadas por assimetria? Considera que sua noção de apropriação (Chartier, 1989) teria um papel a cumprir em uma agenda de pesquisa sobre as trocas entre brasileiros e franceses?

Me parece que sim, se se concebe a apropriação como uma recepção inventiva, como um uso original, como uma elaboração criativa. Os estudos da circulação das obras esquecem frequentemente esta dimensão produtora das recepções que trasladam sobre novos objetos, conceitos e métodos que devem ser redefinidos. É verdade que esses processos de apropriação foram duravelmente caracterizados pela assimetria. Talvez no mundo intelectual de hoje, caracterizado pelas trocas entre tradições nacionais e disciplinas, possa-se reduzir esta desigualdade. Um efeito proveitoso de semelhante situação poderia ser – ou já é, em parte – uma consciência mais forte, na França ou na Europa, da importância e originalidade dos trabalhos de ciências humanas realizados no Brasil (e mais geralmente na América Latina). Hoje, como mencionava, ficam insuficientemente conhecidos e citados pelos pesquisadores europeus (salvo obviamente pelos que se dedicam à história ou à sociologia dos países da América do Sul). Na suposta globalização das comunicações e dos saberes, a realidade apresenta frequentemente uma situação contrária, com uma forte compartimentação linguística das referências. Porém, Braudel, atento leitor dos pesquisadores brasileiros, e Bourdieu, perseverante editor de trabalhos dedicados ao Brasil na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, indicam o caminho que se pode e deve seguir.

O senhor afirma que nosso tempo não é mais o tempo das missões, como aquelas que marcaram os anos iniciais da Universidade de São Paulo, e que deveríamos, alternativamente, caminhar no sentido de um ecumenismo científico nas trocas transnacionais. Como vê essa transição se processando nas práticas de pesquisa de brasileiros e franceses? Considera que estão dadas as condições para a instauração desse ecumenismo?

Havia utilizado a palavra “ecumenismo” pensando numa crítica aguda e talvez um pouco injusta de Fernando Novais contra as missões francesas: “A palavra *missão*, que era oficial, é muito significativa. A primeira missão francesa que chegou ao Brasil foi a artística, com dom João VI. A segunda, na Primeira República, tinha como objetivo instruir os oficiais do Exército. A terceira foi a dos docentes que vieram auxiliar na estruturação da USP e da Faculdade de Filosofia. A palavra *missão*, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação” (Novais, 1994, p. 161). Mas a palavra “ecumenismo” não é adequada para designar práticas científicas que entrecruzam tradições científicas sem as dissolver num modelo único de inteligibilidade. As trocas de conhecimentos, as confrontações dos métodos, as comparações dos resultados definem trocas mais iguais e compreensões recíprocas. Essas trocas podem estabelecer-se entre duas identidades nacionais (por exemplo, França e Brasil), mas hoje são necessariamente localizadas nas redes do mundo cada dia mais globalizado.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Maria; CANÊDO, Letícia; GARCIA, Afrânio & BITTENCOURT, Agueda B. (orgs.). (2004), *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas, Unicamp.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145: 3-8.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger & DARNTON, Robert. (1985), “Dialogue à propos de l’histoire culturelle”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 59: 86-93.
- BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. (2011), *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- BRAUDEL, Fernand. (1965a), “História e ciências sociais: a longa duração”. *Revista de História*, 30 (62): 261-294.
- BRAUDEL, Fernand. (1965b), “História e Sociologia”. *Revista de História*, 30 (61): 11-31.
- CATANI, Afrânio M.; CATANI, Denice B. & PEREIRA, Gilson R. de M. (2001), “As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro”. *Revista Brasileira de Educação*, 17: 63-85.
- CHARTIER, Roger. (1985), “Formation sociale et économie psychique: la société de cour dans le procès de civilisation”. Prefácio a ELIAS, Norbert. *La société de cour*. Paris, Flammarion, pp. I-LXXVII.
- CHARTIER, Roger. (1989), “Le monde comme représentation”. *Annales E.S.C.*, 44 (6): 1505-1520.
- CHARTIER, Roger. (1991), “Conscience de soi et distance sociale”. Prefácio a ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris, Fayard, pp. 7-29.
- CHARTIER, Roger. (1993), “Double lien et distanciation”. Prefácio a ELIAS, Norbert. *Engagement et distanciation*. Paris, Fayard, pp. I-X.
- CHARTIER, Roger. (2012), “O Dom Quixote de Antônio José da Silva, as marionetes do Bairro Alto e as prisões da Inquisição”. *Sociologia & Antropologia*, 2: 161-181.
- CHARTIER, Roger. (2020a), “Experiências brasileiras. Braudel, De Certeau, Foucault, Bourdieu”. In: *Um mundo sem livros e sem livrarias?* São Paulo, Letraviva.
- CHARTIER, Roger. (2020b), “A ordem dos discursos e a materialidade dos textos”. In: CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de; LACHAT, Marcelo & SILVARES, Lavinia (orgs.). *Hidra vocal: Estudos sobre retórica e poética em homenagem a João Adolfo Hansen*. Cotia, Ateliê, pp. 77-94.
- CHARTIER, Roger. (2020c) *Mobilidade e materialidade dos textos. Traduzir nos séculos XVI e XVII*. Chapecó, Argos; Salvador, EDUFBA.
- CHARTIER, Roger & DELUERMOZ. (2010), “Pour un usage libre et respectueux de Norbet Elias”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, 106: 37-52. <https://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2010-2-page-37.htm>.

- CONSOLIM, Marcia. (2024), “Universidade de São Paulo: epicentro de uma controvérsia transnacional”. *Tempo Social*, vol. 36, n. 1.
- HAMBURGUER, Amélia; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel & PETITJEAN, Patrick (orgs.). (1996), *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp; Fapesp.
- L’ESTOÏLE, Benoit de; NEIBURG, Ferderico & SIGAUD, Lygia. (2002), “Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa”. In: L’ESTOÏLE, Benoit de; NEIBURG, Ferderico & SIGAUD, Lygia (orgs.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, pp. 9-37.
- LIMA, Luís Corrêa. (2009), *Fernand Braudel e o Brasil: Vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo, Edusp.
- MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (2013), “Pierre Bourdieu, dez anos depois”. *Educar em Revista*, 47, jan./mar.
- MERKEL, Ian. (2024), *Termos de troca. Intelectuais brasileiros e as Ciências Sociais francesas*. São Paulo, Edusp.
- NOVAIS, Fernando (1994), “Braudel e a ‘missão francesa’”. *Estudos Avançados*, 8 (22): 161-66.
- OSÉS, Mariana. (2023a), “Lembrar e esquecer em história intelectual: o Brasil e as ciências sociais francesas no século XX”. *Revista de História*, 182; 1-9.
- OSÉS, Mariana. (2023b), “Resenha de Ian Merkel, *Terms of Exchange. Brazilian Intellectuals and the French Social Sciences*”. *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, 43: 243-251.
- RODRIGUES, Lidiane S. (2017), “Um departamento municipal no ultramar francês: o cosmopolitismo de José Arthur Giannotti”. *Campos*, 18 (1-2): 61-87.
- SAINT MARTIN, Monique. (2023), “La construction d’un réseau d’échanges en sciences sociales Brésil-France dans les années 1960-1990”. In: GARCIA JR., Afrânio et al. (orgs.). *Bourdieu et les Amériques. Une internationale scientifique: génèse, pratiques et programmes de recherche*. Paris, Éditions de L’Iheal, pp. 169-190.

Texto recebido em 09/04/2024 e aprovado em 10/04/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.rs.2024.223829.

MIGUEL PALMEIRA é professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: miguelusp@usp.br.

MARIANA OSÉS é mestre e doutoranda em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: mariana.loses@gmail.com.

